



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CARACARAI/RR**

**Processo:** 08003250220198230020

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ALEXANDRA DA SILVA FRANCA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho de fls. manifestar-se nos seguintes moldes:

Os autores alegam que seu genitor foi vítima de acidente de trânsito, em razão de acidente ocorrido em 13/08/2017, razão pela qual, ajuizou a presente demanda com o fito de compelir a Ré ao pagamento do Seguro Obrigatório DPVAT.

Ocorre que, primeiramente, não foi acostada a certidão de nascimento da autora Alexandra da Silva França, devendo o autor trazer aos autos o referido documento.

Verifica-se, ainda, um lapso temporal de mais de 1 ano entre o acidente e o óbito, razão pela qual deve ficar inequivocamente comprovado que a causa da morte tenha sido de fato tenha sido o sinistro em tela.

No mais, passa a expor as razões pela qual se faz necessária a produção de depoimento pessoal do representante dos autores, bem como a expedição de ofício ao Hospital onde a vítima permaneceu internada, segundo o documento de fls. 51.

#### **DO REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA**

#### **DAS DIVERGÊNCIAS DE INFORMAÇÕES NO REGISTRO DE OCORRÊNCIA E DOCUMENTOS MÉDICOS**

Conforme dispõe o art. 343, CPC, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

A Ré informa a necessidade de ser ouvida, pessoalmente, o representante do autor, sobre os fatos narrados na inicial, bem como toda documentação juntada aos autos, em especial o RESUMO DE ALTA HOSPITALAR.

Isso se deve ao fato de o resumo de alta informar que a vítima permaneceu internada entre o período de 13/08/2017 e o dia 28/08/2018, data da alta, mas o registro de ocorrência indica que a vítima teria ficado internada até o óbito, o que não restou comprovado nos autos.

Portanto, para que não paire qualquer dúvida sobre a veracidade das informações existentes no registro de ocorrência apresentado aos autos, bem como quanto à existência de nova internação com período até o falecimento, a Ré pugna a este d. Juízo que seja expedido ofício à Delegacia de Polícia na qual fora registrada a ocorrência, bem como ao HGR onde esteve internada, a fim de que sejam prestados os devidos esclarecimentos pelos responsáveis, sem prejuízo do colhimento do depoimento pessoal da autora.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

CARACARAÍ, 22 de julho de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**